

**EDITAL ENFAM N.13/2026**

**EDITAL DE CHAMADA PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS PARA PUBLICAÇÃO NA COLETÂNEA A JUSTIÇA SE (RE)INVENTA: ÉTICA, EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO**

**O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO FIGUEIREDO – ENFAM** torna público o edital de chamada para submissão de artigos para publicação na Coletânea A Justiça se (Re)inventa: Ética, Eficiência e Inovação.

CONSIDERANDO o Conselho Editorial Superior – CES, usando de suas atribuições regimentais, torna pública a abertura de prazo para submissão de artigos para a Coletânea A Justiça se (Re)inventa: Ética, Eficiência e Inovação, publicação comemorativa dos 20 anos da Enfam, nos termos deste edital.

CONSIDERANDO que a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, ao celebrar duas décadas de existência, reafirma seu compromisso com a constante construção e reconstrução do saber jurídico e da prática jurisdicional, representando, ao longo de sua trajetória, uma instituição que (re)inventa o modo de pensar e exercer a formação e o aperfeiçoamento da magistratura para que a Justiça esteja em sintonia com a demanda social, e que, nesses vinte anos, consolidou-se como espaço de excelência, reflexão crítica e formação ética, comprometida com a modernização do Poder Judiciário, com a efetividade dos direitos fundamentais, da democracia e com a promoção de uma cultura de justiça pautada na integridade, na eficiência e na inovação.

**1 COLETÂNEA A JUSTIÇA SE (RE)INVENTA: ÉTICA, EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO**

1.1 A Coletânea A Justiça se (Re)inventa: Ética, Eficiência e Inovação é uma obra eletrônica de natureza científica e acadêmica editada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, com a finalidade de promover a difusão do conhecimento jurídico, incentivar a pesquisa e a inovação, bem como assegurar a regularidade de publicações alinhadas aos princípios da ciência aberta e ao fortalecimento da produção acadêmica.

**2 SUBMISSÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS**

**2.1 Tema, prazo e forma de encaminhamento**

2.1.1 A Coletânea A Justiça se (Re)inventa: Ética, Eficiência e Inovação terá como foco as linhas de atuação do Mestrado Profissional *stricto sensu* do Programa de Pós-Graduação em Direito e Poder Judiciário da Enfam, a saber: 1) Eficiência e Sistema de Justiça; e 2) Ética, Integridade e Efetividade na Atividade Jurisdicional.

2.1.2 Os artigos deverão, obrigatoriamente, versar sobre os temas da edição.

2.1.3 O prazo para submissão dos artigos será encerrado, impreterivelmente, em **05 de abril de 2026, até às 23h59, horário oficial de Brasília – DF.**

2.1.4 A submissão será realizada, exclusivamente, por meio do Open Journal Systems – OJS da ReJuB (<https://revistadaenfam.emnuvens.com.br/renfam/about>) na seção correspondente à Coletânea.

2.1.5 O cadastro de submissão deverá ser preenchido pelas autoras e pelos autores com os dados necessários à sua completa identificação, as informações relativas ao artigo, bem como os termos de anuência e a autorização para publicação.

## **2.2 Normas de submissão dos artigos**

2.2.1 Poderão ser aceitos como articulistas pessoas da comunidade jurídica e da comunidade acadêmica.

2.2.2 Os artigos poderão ter autoria de até 3 (três) pessoas.

2.2.3 Os artigos deverão ser inéditos, vedado o plágio e o autoplágio.

2.2.4 Os artigos não poderão ter divergência de autoria ou falta de autenticidade por uso de Inteligência Artificial.

2.2.5 Trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado não serão aceitos.

2.2.6 A autora ou o autor não poderá submeter mais de um artigo à presente chamada, ainda que em coautoria.

2.2.7 A autora ou o autor poderá submeter artigo nas duas edições comemorativas dos 20 anos da Enfam (ReJuB e Coletânea), desde que sejam textos inéditos em cada obra.

## **2.3 Regras de apresentação dos artigos**

2.3.1 Os artigos deverão ser apresentados em arquivo eletrônico, formatados conforme as normas de documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em arquivo com extensão <.doc=, <.docx= ou <.odt=; folha tamanho A4; com, no mínimo, 15 (quinze) páginas e, no máximo, 20 (vinte) páginas, na seguinte configuração: para o texto, fonte Arial 12, espaçamento de 1,5 cm entre linhas e recuo de parágrafo de 1,5 cm; as margens devem ser de 3 cm para as laterais superior e esquerda e 2 cm para as laterais inferior e direita; e para citação direta com mais de 3 (três) linhas, recuo de 4 cm, espaçamento entre linhas simples e fonte Arial 10; nas citações deve ser usado o sistema autor-data.

2.3.2 A estrutura do artigo deve ser constituída de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, conforme a ABNT NBR 6022:2018.

2.3.3 Os elementos pré-textuais obrigatórios são:

2.3.3.1 Título;

2.3.3.2 Autoria, que deverá conter a titulação, a situação acadêmica e as instituições com as quais tem vínculo, abaixo do nome do autor, e deverá ter, no máximo, 5 (cinco) linhas; e

2.3.3.3 Sumário.

2.3.4 Os elementos textuais obrigatórios são:

2.3.4.1 Introdução, correspondente à parte inicial do artigo, contendo a delimitação do assunto tratado e outros elementos que situem o tema, problema e objetivo geral da pesquisa, observando-se que a numeração das seções deverá ser iniciada na introdução;

2.3.4.2 Desenvolvimento, correspondente à exposição ordenada do assunto tratado, dividindo-se em seções, limitadas até as quinárias, numeradas com algarismos arábicos, observando-se que:

- a) as citações indiretas deverão ser feitas por sobrenome da autora ou do autor, com iniciais maiúsculas, seguido da data da publicação e, no caso das citações diretas, deverá ser acrescentada a página da publicação (sistema autor-data, item 6.1 da ABNT NBR 10520:2023); e
- b) as notas de rodapé deverão ser exclusivamente destinadas para notas explicativas.

2.3.4.3 Considerações finais.

2.3.5 Os elementos pós-textuais são:

2.3.5.1 Referências, item obrigatório;

- a) deverão ser listadas ao final, em seção própria, em ordem alfabética e conforme a ABNT NBR 6023:2025; e
- b) deverão ser referenciadas somente obras citadas no texto (não é necessário colocar na lista de referência materiais que foram apenas consultados).

2.3.5.2 Glossário, item opcional;

2.3.5.3 Apêndice(s), item(ns) opcional(is);

2.3.5.4 Anexo(s), item(ns) opcional(is); e

2.3.5.5 Agradecimento(s), item(ns) opcional(is).

## **2.4 Processo de avaliação dos artigos**

2.4.1 Os artigos serão avaliados, selecionados e classificados para publicação, observando-se:

2.4.1.1 Relevância temática, conforme o item 2.1.1;

2.4.1.2 Profundidade, maturidade no trato da matéria e criatividade da abordagem;

2.4.1.3 Atualidade das informações e das referências bibliográficas;

2.4.1.4 Correção gramatical;

2.4.1.5 Clareza, coerência e concisão das ideias; e

2.4.1.6 Adequação às regras de apresentação, conforme o item 2.3.

2.4.2 Os artigos serão submetidos à avaliação pelo Conselho Editorial Superior – CES e pelo Comitê Técnico Editorial – CTE e poderão ser aprovados com ou sem ressalvas.

2.4.2.1 O CTE verificará se o texto está de acordo com os temas propostos e as especificações constantes do item 2.3.1.

2.4.2.2 A decisão quanto à aprovação ou rejeição dos artigos submetidos será comunicada pelo Comitê Técnico Editorial – CTE, por escrito, preferencialmente por meio de correio eletrônico.

2.4.3 Em seguida, a equipe de apoio fará uma verificação de similaridade de conteúdo nos artigos, analisando se há ocorrência suspeita de plágio ou autoplágio (reutilizar material próprio que tenha sido publicado sem a devida citação ou referência).

2.4.3.1. Caso verifique-se a ocorrência de plágio ou autoplágio, o texto será enviado para o autor para a devida correção e readequação de trechos e deverá ser devolvido no prazo de 5 (cinco) dias à equipe de apoio para que se dê continuidade ao processo de submissão.

2.4.3.2. A autora ou o autor do artigo terá direito a uma única devolutiva relacionada à correção de plágio ou autoplágio.

2.4.4 Após a aprovação, a equipe de apoio ao CTE fará a normalização bibliográfica, a revisão textual e a adequação ao formato da Coletânea A Justiça se (Re)inventa: Ética, Eficiência e Inovação, respeitando o estilo da autora ou do autor.

2.4.4.1 A equipe de apoio não fará a revisão de trechos escritos em língua estrangeira.

2.4.5 Caso a equipe de apoio aponte correção que precise de validação, os artigos serão enviados às autoras e aos autores para correção e, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados

da data da confirmação de entrega do *e-mail* de notificação da candidata ou do candidato informado no ato de submissão, deverão ser devolvidos sob pena de não aprovação da submissão, se houver necessidade de:

2.4.5.1 Reescrita de trechos truncados e/ou inadequações.

2.4.6 A autora ou o autor do artigo terá direito a uma única devolutiva relacionada à adequação citada no item 2.4.4.

2.4.7 A publicação da Coletânea A Justiça se (Re)inventa: Ética, Eficiência e Inovação está prevista para junho de 2026.

## **2.5 Disposições finais sobre a submissão de artigos**

2.5.1 A não aprovação de artigo pelo Comitê Técnico Editorial pressupõe o descumprimento de um ou mais requisitos descritos neste edital, não obrigando o CTE a prestar qualquer esclarecimento.

2.5.2 Não cabe recurso da decisão relativa à seleção dos artigos para fins de publicação na Coletânea A Justiça se (Re)inventa: Ética, Eficiência e Inovação, de competência do CTE da revista.

2.5.3 As autoras e os autores são inteiramente responsáveis por citações, referências, titularidade, originalidade dos artigos e opiniões manifestadas.

2.5.4 A submissão de artigos implica a anuência incondicional aos termos deste edital, como também, a cessão total, irrevogável e gratuita dos direitos autorais.

2.5.5 Não serão devidos direitos autorais ou qualquer outro tipo de remuneração pelos artigos publicados na Coletânea A Justiça se (Re)inventa: Ética, Eficiência e Inovação, independentemente do suporte ou formato em que se apresente o artigo publicado.

2.5.6 Eventuais esclarecimentos acerca das normas deste edital podem ser obtidos por meio do endereço eletrônico [revista@enfam.jus.br](mailto:revista@enfam.jus.br).

2.5.7 Casos omissos e situações excepcionais serão apreciados e resolvidos pelo CES.

Brasília – DF, 05 de fevereiro de 2026.

**Ministro Benedito Gonçalves**

**Diretor-Geral da Enfam**